

A REPÚBLICA BRASILEIRA

VISÃO GERAL

O período republicano pode hoje ser dividido em cinco fases:

- Primeira República ou República Velha (1889-1930);
- Era Vargas (1930-1945)
- Governo Provisório (1930-1934);
- Governo Constitucional ou Segunda República (1934-1937);
- Estado Novo (1937-1945).
- Populismo ou Terceira República (1946-1964)
- Regime Militar (1964-1985);
- Redemocratização ou Quarta República

Logo depois da proclamação da República, o cenário político passou a ser dominado por uma luta entre centralistas e federalistas para conquistar o poder. Os centralistas, na maioria militares liderados pelo marechal Deodoro, inspiravam-se no positivismo, preconizavam um Estado forte e tinham o apoio da elite agrária. Os federalistas dispunham de bases civis, que representavam as forças políticas e econômicas dos Estados, especialmente dos mais ricos, Minas e São Paulo. Eles defendiam a descentralização do governo e a instalação de um regime federativo, controlado pelo Congresso.

Os dois primeiros governos foram militares, mas após a afirmação do novo regime, os cafeicultores paulistas, detentores do poder econômico, conseguiram dominar também a política.

A partir do governo de Prudente de Moraes (1894-1898), Minas e São Paulo passaram a controlar o governo central, com a conhecida política 'café-com-leite'.

A superprodução do café e a política de valorização do produto geraram uma crise econômica, agravada pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929. A situação piorou com a ruptura dos acordos entre os políticos que controlavam o país desde a proclamação da República.

Nas eleições de 1930, os paulistas decidiram quebrar a tradicional alternância do 'café-com-leite', apresentando um outro paulista, Júlio Prestes, para suceder Washington Luís, quando seria a vez dos mineiros.

Minas uniu-se, então, ao Rio Grande do Sul e à Paraíba, formando a Aliança Liberal, que recebeu o apoio das elites agrárias, dos militares e de setores da classe média urbana. O gaúcho Getúlio Vargas foi escolhido candidato à presidência, com o paraibano João Pessoa como vice. Depois de uma campanha que mobilizou todo o país, em março, Júlio Prestes venceu as eleições, mas não chegou à presidência porque em outubro estourou a Revolução de 30, levando Vargas ao poder.

A Era Vargas foi marcada pela gradual elevação da intervenção do Estado na economia e na organização da sociedade, além da grande centralização do poder. Este período só terminou em 1945, com a deposição de Getúlio, e pode ser dividido em três etapas: governo provisório (1930-34), governo constitucionalista (1934-37) e Estado Novo (1937-45).

A participação do Brasil ao lado das forças democráticas durante a Segunda Guerra Mundial enfraqueceu o governo de Vargas. Com isso, vários setores políticos e econômicos passaram a lutar pelo fim da ditadura e no dia 29 de outubro de 1945 ele acabou deposto.

Com a queda de Vargas, a eleição para a Assembléia Constituinte e para presidente, o país voltou à democracia. Este período, conhecido como a Segunda República, vai até 1964 e foi marcado pelo fortalecimento do populismo nacionalista, pela consolidação dos partidos com ideário nacional, pela agitação social e pela rápida expansão econômica, especialmente no governo de Juscelino Kubitschek (1956-60). Com a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, instalou-se uma crise política que culminou com o golpe militar de 30 de março de 1964, afastando João Goulart da presidência.

Entre esta data e janeiro de 1964 o Brasil foi governado por regime militar. O cenário político passou a ser dominado pelo autoritarismo, supressão das liberdades constitucionais e censura dos meios de comunicação. Por outro lado, na economia, ocorreu uma rápida modernização e diversificação da indústria e dos serviços, apoiada numa política de concentração de renda, endividamento externo e abertura para o capital estrangeiro. A institucionalização da correção monetária transformou a inflação numa forma de financiamento do Estado. Este conjunto de fatores agravou mais ainda as grandes desigualdades econômicas e sociais do povo brasileiro.

A eleição de Tancredo Neves para a presidência da República, em janeiro de 1964, colocou um fim no regime militar e deu início ao processo de redemocratização. Mesmo com a escolha indireta, o novo presidente foi aclamado com entusiasmo pela população. Tancredo, no entanto, adoeceu na véspera da posse e morreu sem assumir o governo. No seu lugar foi empossado o vice, José Sarney, que governou até 1989.

Nesta data, depois de quase 30 anos, o povo votou diretamente para presidente, elegendo Fernando Collor de Mello, que assumiu em 1990. Dois anos depois, com um inédito processo de *impeachment*, Collor foi afastado do governo. Itamar Franco, seu vice, assumiu a presidência até 1994, quando ocorreram novas eleições, com a vitória de Fernando Henrique Cardoso.

UNIDADE I – A REPÚBLICA VELHA E A SUA CRISE: UM REFLEXO DA CRISE DO CAPITALISMO MUNDIAL NO BRASIL.

A REPÚBLICA VELHA (1889-1930)

Introdução.

Definição Conceitual - República: sistema de governo em que o supremo poder é exercido, durante tempo limitado, por um ou mais indivíduos eleitos pelo povo.

A instalação do sistema republicano no Brasil, como já vimos, foi feita sem a participação popular, liderada pela aristocracia rural cafeeira e pelos militares.

A amizade que o marechal Deodoro da Fonseca devotava ao imperador suscita algumas dúvidas a respeito de suas reais intenções ao assumir o comando das tropas e tomar o quartel-general. Pretendia ele realmente acabar com a monarquia ou apenas forçar a mudança do ministério, isto é, modificar a orientação governamental sem contudo derrubar o regime? Parece certo que o marechal Deodoro foi, de alguma maneira, envolvido pelos acontecimentos. Os defensores da causa republicana, como os militares Benjamin Constante Sólton Sampaio Ribeiro, teriam convencido o velho e doente marechal a tomar a decisão final como única alternativa possível para evitar uma revolução, prenunciada pelas aclamações republicanas de militares e civis concentrados no Campo de Santana.

O fato é que, no dia 16 de novembro de 1889, o Diário Oficial estampou a notícia da proclamação da república e da organização do Governo Provisório. Na verdade, além de pequenos incidentes, não houve reação à proclamação da república. Também não houve grandes manifestações populares de apoio. O povo ficou distante, alheio ao que se passava. Isso se deve ao fato de o movimento republicano ter resultado principalmente da ação de grandes proprietários, que tinham interesse em ocupar o poder por meio do regime republicano. O exército foi utilizado como força capaz de derrubar a monarquia, especialmente por sua insatisfação com o governo.

O regime mudou, mas o Brasil continuou sendo um país dominado pelo latifúndio e pelo imperialismo. O capitalismo era agrário, subordinado, atrasado e selvagem.

A proclamação da República foi articulada pelos partidos republicanos, unidos aos militares de tendência positivista. Mas, logo que o objetivo foi atingido, ocorreu uma cisão entre os "republicanos históricos", que defendiam o federalismo, e os militares, que desejavam fortalecer o poder central.

O período republicano no Brasil pode ser dividido em cinco fases, quicá:

- A República Velha (1889-1930);
- O Estado Novo (1930-1945);
- O Período Populista (1945-1964);
- O Regime Militar (1964-1985);
- A Redemocratização, ou Nova República (1985-até os dias de hoje).

O Governo Provisório

Proclamada a República, formou-se o Governo provisório com o Marechal Deodoro da Fonseca como chefe do governo. O Governo Provisório, cuja presidência coube ao marechal Deodoro da Fonseca, tratou logo de organizar o novo regime. Passou a governar por decretos-lei (atos legislativos do Poder Executivo), até que fosse promulgada a nova constituição, pois a de 1824 deixara de vigorar com a proclamação da república.

Uma das primeiras medidas do Governo Provisório, ainda no dia 16 de novembro foi o banimento da família imperial, que deixou o Brasil na madrugada do dia 17. Esse ato seria revogado em 1921, quando os restos mortais do imperador e de sua esposa foram trazidos para a catedral de Petrópolis. As outras medidas foram: a instituição do regime federativo; transformação das províncias em Estados Federados; mudança do nome do país para Estados Unidos do Brasil; grande naturalização; separação entre o Estado e a Igreja; instituição do casamento e do registro civil; dissolução da Câmara de deputados e do senado; convocação de uma Assembléia constituinte.

O Encilhamento.

Entre todas as medidas adotadas pelo governo Provisório, destaca-se o Encilhamento, que se caracteriza por se tratar de uma política emissionista, dividindo o Brasil em zonas e autorizando a cada uma delas um banco emissor, localizados na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

O objetivo desta medida era, além de suprir a falta de moedas necessárias para o pagamento dos assalariados, era também expandir o crédito a fim de estimular a criação de novas empresas, visando a industrialização. Mas a emissão desenfreada de papel-moeda acarretou uma inflação incontável, e ao invés de aumentar o meio circulante e estimular a criação de empreendimentos que promovessem a produtividade do país, resultou em uma grande especulação.

A Constituição de 1891.

A primeira Constituição Republicana inspirada no modelo norte-americano e aprovada pela Assembléia Constituinte tinha as seguintes características: República Representativa Federativa Presidencialista; a existência de três poderes (executivo, legislativo e o judiciário); direito de voto reservado aos maiores de 21 anos, com a exceção de mulheres, analfabetos, soldados e padres; voto descoberto; subsolo pertencente ao proprietário do solo; confirmação da separação entre o Estado e a Igreja; liberdade de Culto religioso.

A República da Espada

A eleição do Marechal Deodoro da Fonseca

A Assembléia Constituinte, após a elaboração da Constituição, transformou-se em Congresso Nacional, encarregado de eleger o primeiro presidente da república. Candidatos: Deodoro da Fonseca (Presidente) e Eduardo Wandenkolk (vice-presidente) contra Prudente de Moraes (Presidente) e Floriano Peixoto (vice-presidente).

O Congresso Nacional, mesmo contrário a Deodoro é coagido a elegê-lo. Prudente de Moraes, que tinha a maioria do Congresso e é derrotado. mas seu vice Floriano Peixoto é eleito.

Deodoro não pode governar com um Congresso que lhe era hostil. Para contrabalançar busca apoio dos governos, mas contra ele atuou o mais poderoso estado - São Paulo - e o mais poderoso partido - o PRP (Partido Republicano Paulista).

Em 03 de novembro de 1891, sem levar em conta a proibição constitucional, Deodoro fechou o Congresso e decretou estado de sítio para neutralizar qualquer reação e tentar reformar a Constituição, no sentido de ampliar os poderes do Executivo.

O golpe ele estado fracassou. As oposições tanto de militares quanto de civis cresceram. Elementos da Marinha ameaçavam bombardear o Rio de Janeiro caso o Presidente não renunciasse (a 1ª Revolta da Armada). Pressionado e temeroso de tina guerra civil, Deodoro renuncia e assume o vice Floriano Peixoto.

O Governo de Floriano Peixoto (1891-1894) - O Marechal de Ferro

Os primeiros atos de seu governo foram a anulação do decreto que dissolveu o Congresso Nacional, a derrubada dos Governos estaduais que haviam apoiado Deodoro, o controle da especulação de gêneros alimentícios através de seu tabelamento. Tais medidas desencadearam violentas reações contra Floriano.

Para agravar ainda mais a situação, muitos políticos alegavam que sua presidência era ilegal, já que o artigo 42 da Constituição dizia que, se por qualquer causa um presidente se ausentasse do poder nos primeiros dois anos (o que aconteceu com Deodoro), novas eleições deveriam ser realizadas. Assumindo a Presidência sem convocar eleições, Floriano estava no poder de forma inconstitucional.

Contra as pretensões de Floriano, treze generais e almirantes do Exército e da Marinha lançaram um manifesto (abril de 1892), exigindo a imediata realização das eleições presidenciais, como mandava a Constituição. Floriano reagiu afastando os oficiais da ativa e reformando-os.

A Revolta da Armada

A firmeza de Floriano em não convocar novas eleições frustrou os sonhos do contra-almirante Custódio de Melo, que ambicionava a presidência. E assim, por uma questão de pura lealdade pessoal, e não por razões políticas e ideológicas, as Forças Armadas dividiram-se. Custódio foi levado a liderar uma rebelião que sublevoou grande parte da Armada (1893).

A Revolução Federalista do Sul

A luta pelo poder colocava frente a frente as duas maiores facções de grandes proprietários de terras do Rio Grande do Sul. De um lado os federalistas ("maragatos"), que exigiam uma reforma na Constituição do estado e a implantação do Parlamentarismo. De outro os "pica-paus", apoiados por Floriano, que queriam a centralização. A revolta tornou-se violenta, ganhando características de guerra civil. O Partido Republicano ("maragatos") se uniu à Armada rebelde de Custódio, avançando até o Paraná, através de Santa Catarina.

Contra as rebeliões armadas, Floriano reagiu energicamente graças ao apoio do Exército e do Partido Republicano Paulista.

Fortalecido pelas campanhas contra os rebeldes, Floriano consolidou seu poder e passou a ser conhecido por Marechal de Ferro.

Por essa razão, supunha-se que ele não passaria o poder a seu sucessor, mas tentaria instaurar uma ditadura. Ante essa possibilidade, articulou-se o Partido Republicano Paulista que representava os interesses da burguesia cafeeira de São Paulo, apresentando seu próprio candidato: o fazendeiro Prudente de Moraes.

A REPÚBLICA OLIGÁRQUICA?

PRUDENTE DE MORAIS (15/11/1894 - 15/11/1898).

Prudente de Moraes foi o primeiro civil eleito presidente do Brasil e representava, justamente, os setores agrícolas ligados à produção e comercialização do Café. Foi o primeiro de uma série de fazendeiros de café que exerceram a presidência e, além da grave crise econômica, enfrentou a Guerra de Canudos.

Com a burguesia cafeeira paulista no poder, terminava o período da República da Espada e iniciava a República Oligárquica, formada pelos grandes proprietários rurais de cada estado, que assumia o controle completo da nação, sob a hegemonia da burguesia cafeeira paulista.

Durante o seu governo, procurou atingir dois objetivos principais. O primeiro foi a recuperação da economia, que ainda sofria as consequências da crise provocada pelo *Encilhamento*, através da revalorização da agricultura e das boas relações com o capitalismo internacional. O segundo objetivo foi conseguido em duas partes: a pacificou o sul do país concedendo anistia aos revoltosos da chamada Revolução Federalista.

Neste sentido, podemos dizer que no seu governo o Brasil manteve-se agrário, monocultor, latifundiário e exportador de produtos primários, o que fez que o país, continuasse subordinado economicamente ao capital estrangeiro.

Campos Sales (15/11/1898 - 15/11/1902)

Outro grande fazendeiro paulista, Manuel Ferraz de Campos Sales foi vaiado ao deixar a presidência da República. A razão da vaia foi sua política econômica, que havia tornado mais difícil a vida da população. Juntamente com seu ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, Campos Sales acreditava que a origem dos problemas econômicos do país era a moeda desvalorizada. Ao mesmo tempo que procurou fazer a valorização da moeda, Campos Sales renegociou nossa dívida externa através de um acordo chamado *funding loan*, segundo o qual os credores concederam novos prazos para o pagamento dos empréstimos. As exigências dos banqueiros para assinar o acordo foram pesadas, mas o presidente brasileiro aceitou-as, vendo nelas a única maneira de sanear a moeda.

Campos Sales achava que a política era um privilégio das elites, gente que tinha tradição, posses, dinheiro. Formulou sua política com base nas elites minoritárias estaduais, as oligarquias que controlavam os governos dos estados. Era a chamada política dos governadores, que consistia numa troca de favores entre o governo federal e os governos estaduais: os governos dos estados apoiavam o presidente, principalmente sua política econômica, e ele concedia tudo o que os governos estaduais pediam. Uma “democracia” sem povo, contra as classes médias e os trabalhadores.

Logo de início, suspende o auxílio à indústria, mantendo o Brasil especializado na exportação de produtos agrícolas e importando bens de todo tipo. Meta econômica que era apoiada pelas potências industrializadas.

Com ele, vingava a velha e enganadora tese: "O Brasil essencialmente agrícola".

Quando Campos Sales assume a presidência, a situação financeira do país era crítica: inflação, queda brusca do preço do café nos mercados internacionais. Com o objetivo de restaurar as finanças da república, o seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, negociou com banqueiros estrangeiros o Funding Loan: renegociação da dívida externa brasileira. O Brasil teria direito a 10 milhões de libras. Os juros da dívida só começariam a ser amortizados dali a três anos. O pagamento das dívidas teria um prazo de 13 anos para se iniciar e 63 anos para se liquidar.

O governo recolheria e queimaria a quantidade de moeda referente ao valor do empréstimo (baixar o índice da inflação). A garantia de pagamento correspondia a toda a renda da alfândega do Rio de Janeiro, às receitas da Estrada de Ferro Central do Brasil e do serviço de abastecimento de água do Rio de Janeiro.

A política dos governadores

A "política dos governadores" de 1898 a 1902, correspondeu ao mandato de Campos Sales, que foi o mecanismo pelo qual a oligarquia cafeeira se impôs e foi montada. Tratava-se da política dos governadores, que consistiu em adaptar a república aos interesses dos fazendeiros de café; mais do que isso, em ajustar o federalismo de modo a propiciar o domínio nacional aos grandes estados e dos grandes partidos republicanos: o paulista e o mineiro.

No plano institucional, essa questão se refletia na oposição entre o legislativo e o Executivo e nas relações conflitivas entre o poder central e o poder estadual. Campos Sales procurou atacar o problema de frente. Não desejando atuar com um Congresso Nacional hostil, buscou a fórmula pela qual obteria o seu apoio. Essa fórmula chamava-se "política dos governadores" e consistia no seguinte: **o presidente da República apoiaria, com todos os meios a seu alcance - através da Comissão de Verificação - , a oligarquia dominante de cada estado; em troca, essa mesma oligarquia garantiria a eleição, para o congresso, de candidatos oficiais.**

A Comissão de Verificação

Formada por deputados, fazia o reconhecimento dos poderes, isto é, dava ao resultado das eleições o caráter legal, oficial. O presidente da República podia, através da Comissão de Verificação, legalizar qualquer resultado que conviesse às oligarquias estaduais dominantes.

Rodrigues Alves (15/11/1902-15/11/1906)

Francisco de Paula Rodrigues Alves foi mais um grande fazendeiro do café, também de São Paulo, a ocupar a Presidência. Mas seu governo foi considerado progressista: além de entregar ao sucessor a economia como a recebera, com as finanças estabilizadas, Rodrigues Alves modernizou o Rio de Janeiro, alargando praças, construindo avenidas, melhorando o porto; com a colaboração de Osvaldo Cruz erradicou quase completamente a febre amarela da capital federal; comprou o Acre. Dinheiro não faltava, pois sua presidência coincidiu com o apogeu do ciclo da borracha.

Afonso Pena (15/11/1906-14/06/1909)

Mineiro, Afonso Augusto Moreira Pena assumiu a presidência com o apoio dos fazendeiros e exportadores de café. Embora sonhasse com a industrialização do Brasil, esqueceu rapidamente tais sonhos e empenhou-se a fundo na valorização do café. Assim, iniciou uma política de compra e retenção do café pelo governo para forçar a alta dos preços do produto, como veremos adiante.

Outras iniciativas importantes do governo de Afonso Pena foram as ligações ferroviárias São Paulo-Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro-Espírito Santo, o estímulo à imigração, a fundação do Instituto Soroterápico de Manguinhos (depois, Instituto Osvaldo Cruz).

Nilo Peçanha (14/06/1909-15/11/1910)

Afonso Pena morreu antes do término do seu governo, assumindo a presidência o vice-presidente Nilo Procópio Peçanha. Este, além de criar o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), entregando a direção ao coronel Cândido Rondon, presidiu a uma acirrada campanha eleitoral, em que se defrontaram o marechal Hermes da Fonseca e o civilista Rui Barbosa. Acabou vencendo o Militar, que estava mais entrosado com os interesses dos fazendeiros de café, apesar de Rui Barbosa haver conquistado o eleitorado urbano, que desejava reformas econômicas e políticas. Contra o coronelismo, ninguém podia!

Hermes da Fonseca (15/11/1910-15/11/1914)

Apesar do apoio das oligarquias estaduais e de grupos militares, Hermes Rodrigues da Fonseca teve um governo bastante tumultuado. Insultado e ridicularizado pela imprensa e pelo anedotário popular, que o colocava no extremo oposto de Rui Barbosa, “o homem mais inteligente do Brasil”, o marechal Hermes enfrentou a revolta dos marinheiros contra os castigos físicos e a Guerra do Contestado, no Sul do país. Em seu governo, a instabilidade política e a decadência da borracha da Amazônia provocaram a retração dos capitais estrangeiros.

Venceslau Brás (15/11/1914-15/11/1918)

Venceslau Brás Pereira Gomes governou durante a Primeira Guerra Mundial, que trouxe como consequência a queda temporária das importações e um pequeno surto industrial, para substituir os produtos que deixaram de vir do exterior. Além de diversas brigas pelo poder em vários estados, que chegaram a ter dois governos cada um (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas e Piauí) e da continuação da Guerra do Contestado, Venceslau Brás enfrentou greves de trabalhadores em todos os estados do Sul, a seca de 1915, que foi arrasadora, e a gripe espanhola - consequência da guerra - que matou 18 mil pessoas só na capital federal.

Delfim Moreira (15/11/1918-28/07/1919)

Em 1918 foi eleito novamente Rodrigues Alves, que adoeceu e morreu antes de tomar posse, vítima da gripe espanhola, que levou à morte cerca de trezentos mil brasileiros. Assumiu o vice-presidente, Delfim Moreira, que governou até que fossem feitas novas eleições. Saiu vencedor Epiácio Pessoa, senador da Paraíba, que as oligarquias do Sul lançaram e apoiaram com todo o seu peso contra Rui Barbosa, que voltara a se candidatar e tornou a perder.

Epiácio Pessoa (28/07/1919-15/11/1922)

Epiácio da Silva Pessoa deu especial atenção ao Nordeste, onde foram construídos, em seu governo, 205 açudes, 220 poços e 500 quilômetros de estradas de ferro. Entretanto, a situação do Nordeste continuou a mesma, e as aparentes tentativas de solução de problemas, como o da seca, por parte do governo, não produziram resultados. Ainda hoje, para os grandes proprietários rurais a seca chega a ser fonte de renda, pois recebem ajuda governamental, empréstimos a juros baixos e incentivos fiscais.

Os últimos meses do governo de Epiácio Pessoa foram particularmente agitados, pois Artur Bernardes, apesar da forte oposição em meios militares e civis, conseguiu ser eleito presidente da República.

Artur Bernardes (15/11/1922-15/11/1926)

O governo de Artur da Silva Bernardes transcorreu inteiramente sob estado de sítio, em meio a constantes agitações e revoltas políticas, que levaram o próprio Bernardes a afirmar, após deixar o cargo: “Como presidente da República, eu fui apenas um chefe de polícia”.

O presidente conseguiu convencer o Congresso a reformar a Constituição de 1891, fortalecendo o Poder Executivo, limitando o Habeas-Corpus e facilitando a expulsão de estrangeiros considerados perigosos. O alvo principal eram os trabalhadores estrangeiros, que estavam organizando o meio operário em busca de melhores salários e melhores condições de trabalho.

Washington Luís (15/11/1926-24/10/1930)

Washington Luís Pereira de Sousa preocupou-se em construir estradas e reformar as finanças. Entretanto, a situação econômica e política não estava boa. O descontentamento era generalizado, mesmo entre as Forças Armadas, onde muitos jovens oficiais, alguns exilados em razão das revoluções anteriores, julgavam que a corrupção era o principal problema do regime e se dispunham a combatê-la.

Situação Econômica da República Velha

Café: a Política de Valorização do Café (o Convênio de Taubaté)

Durante a República Velha, o Brasil continuou a ser um país agrário, extremamente dependente do café. Contudo, em 1895, houve uma crise estrutural do café: crise de superprodução. Ou seja, a oferta era maior do que a procura, o que ocasionara uma queda no preço, afetando diretamente os produtores.

A solução encontrada pelos fazendeiros de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro foi firmar um acordo para valorização do produto, era o Convênio de Taubaté (1906) que determinava: controlar a produção, evitando a expansão de novas lavouras; controlar o mercado de café, obrigando o governo a comprar e reter o produto quanto necessário, para forçar seus preços; buscar empréstimos internacionais para financiar a compra dos estoques.

Este convênio trouxe sérios problemas para a economia nacional, pois inibiu o surgimento de novas indústrias e a diversificação da economia, além de gerar um crescimento astronômico de nossa dívida externa.

O Convênio de Taubaté foi a primeira intervenção do Estado republicano na Economia, mas em favor das oligarquias cafeicultoras.

Borracha

Enquanto o café se expandia, surgiu o segundo produto mais importante na pauta de exportação brasileira. Os índios já usavam a borracha, produzida do látex extraído da seringueira, para fazer calçados, bolas, utensílios. A indústria a descobriu 1770, quando fabricou as primeiras borrachas para apagar lápis. A partir de 1890, com o aumento da produção de automóveis, a matéria prima dos pneus (pneumáticos) ganhou importância. A produção do Brasil, dono da maior reserva de seringueiras do mundo, passou de 31 toneladas em 1827 para a média anual de 34 000 toneladas entre 1901 e 1910, chegando ao máximo em 1912: 42 000 toneladas, ou quase 40% da exportação total do país. Essa explosão trouxe à Amazônia luxo e riqueza para os seringalistas e doenças e miséria para os seringueiros. A população, de 476 000 habitantes em 1890, subiu para 1 100 000 em 1906. Em 1912, veio a derrocada, rápida e avassaladora.

A forma de exploração da borracha explica sua decadência: avançou em etapas, do Pará ao Acre. Ali se deu um episódio que merece ser mencionado. O Acre pertencia à Bolívia desde 1777. Em 1903, brasileiros chefiados por Plácido de Castro venceram tropas bolivianas enviadas contra eles e proclamaram a independência do Acre. A gravidade da situação tinha um componente especial: a Bolívia havia arrendado a exploração da borracha na região para a empresa americana Bolivian Syndicate. Rodrigues Alves mandou o Exército ocupar a região e propôs um tratado à Bolívia. O Barão do Rio Branco conduziu as negociações. Pelo Tratado de Petrópolis, a Bolivian Syndicate recebeu 110 000 libras esterlinas; a Bolívia, 2 milhões, mais a ferrovia Madeira-Marnoré, tudo pago pelo Brasil. E assim, o Acre tornou-se brasileiro.

A exploração da borracha, tal como se dá até hoje, era rudimentar. No meio da floresta, extraísse da seringueira o látex, que se defuma e enrola, para ser entregue ao seringalista. O trabalhador recebe um salário magro e, ao fim de certo tempo, ele acumula dívidas no barracão e acaba preso ao patrão. A forma primitiva de exploração acarreta baixa produtividade a custo elevado.

Os ingleses, no fim do século XIX, levaram mudas de seringueiras para suas colônias de Ceilão e Singapura. O resultado seria desastroso para nós. Já em 1919 o mundo produziria 423 000 toneladas de borracha; desse total, caberiam 382 000 ao Oriente e apenas 34 000 ao Brasil. E o que restou foi uma Amazônia arruinada.

Cacau

O cacau, também nativo da América e durante o período colonial a maior riqueza da Amazônia, fixou-se no sul da Bahia. Dali, chegou a sair mais de 90% da produção brasileira. Seguindo a regra geral da dependência externa, a produção cresce paralelamente ao desenvolvimento da indústria ao aumento do consumo de chocolate na Europa e nos Estados Unidos.

A exportação tomou impulso a partir de 1880 mesma época do início do ciclo da borracha. Nesse ano, a exportação foi de 1 668 toneladas quantia que dobrou no fim da década e cresce em progressão quase geométrica, atingindo as 6 526 toneladas em 1925. Mas aconteceu com cacau a mesma coisa que havia acontecido com a borracha. Os ingleses repetiram a receita, agora na Costa do Ouro, África, que tomou o primeiro lugar da produção mundial, com 40% do total. Assim, em 1935, enquanto a Costa do Ouro exportou 260 000 toneladas, restou ao Brasil um modesto segundo lugar, com apenas 100 00 toneladas.

Açúcar

Substituído nos mercados externos por concorrentes em melhores condições, o açúcar teve pouca expressão nesse período. A média anual exportada de 133 000 toneladas na década de 1891-1900 baixou a 62 000 em 1911-1920. O Nordeste tentou substituir o mercado externo pelo interno, vendendo para o Sul. Mas as crises do café levaram São Paulo a dedicar-se também à cana; e a produção paulista passou de 96 000 sacas de açúcar em 1894 para mais de 1 milhão em 1930. A situação das velhas regiões produtoras do Nordeste se agravou.

A produção começou a ser limitada a partir de 1933 e, depois, controlada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) que passou a distribuir cotas de produção entre as regiões, além de controlar os preços.

A crise gerou a concentração da produção em grandes empresas; as modernas usinas substituíram os velhos engenhos. Os fornecedores de cana perderam importância, pois as usinas passaram a ter produção própria, e não raro se viram obrigados a vender suas terras ao novo senhor do açúcar, o usineiro.

Atividades industriais

O número de fábricas passou de pouco mais de 600 em 1889 para 3 258 em 1907. Cresceu cinco vezes nos primeiros dezoito anos de República. Um terço das indústrias ficava no Distrito Federal; outro terço se dividia entre São Paulo e Rio Grande do Sul. O setor têxtil ocupava o primeiro lugar, seguido pelo alimentício.

Ainda na Primeira República, São Paulo se tornaria o maior centro industrial do país, com cerca de 40% da produção, graças a três fatores importantes: rendas da lavoura cafeeira; a habilitação técnica do imigrante; abundância de energia hidráulica.

A primeira usina elétrica paulista, com capitais ingleses, belgas e franceses, começou a funcionar em 1901.

A I Guerra Mundial daria grande impulso à indústria. Dos 13 336 estabelecimentos existentes em 1920, nada menos que 5 936 haviam sido fundados durante o conflito. A substituição de importações é apontada como principal causa da explosão industrial, pois, com a guerra, muitos produtos pararam de chegar ao país.

Ao mesmo tempo, os países litigantes precisavam de mais e mais alimentos, estimulando nova indústria, a de carne congelada. O Brasil, que nem vendia carne antes da guerra, exportou 60 509 toneladas em 1918. A consequência direta foi que a indústria de alimentos passou para o primeiro lugar em 1920.

O Movimento Operário

Nas primeiras décadas da República, o movimento operário brasileiro refletia o que acontecia na Europa. O imigrante europeu divulgava as idéias de organização e, num primeiro momento, liderou as lutas dos trabalhadores. O movimento operário foi mais intenso em São Paulo e nos Estados do Sul, que concentraram o grosso da imigração e da industrialização.

Claro que, apesar da influência européia, o sindicalismo brasileiro tratou de adaptar-se a nossas condições. Os líderes logo perceberam que lutavam aqui por coisas que os europeus já haviam conquistado fazia muito tempo. As primeiras greves se voltaram contra os baixos salários, a excessiva jornada de trabalho (de até 16 horas), as péssimas condições de trabalho das mulheres e dos menores de idade. Havia comícios e passeatas na tentativa de atrair a simpatia da população para as reivindicações. Ficaram famosas na São Paulo de 1910-1920 as marchas dos grevistas de bairros distantes, como Ipiranga ou Mooca, rumo ao Largo da Concórdia, no Brás, ou à Praça da Sé, no centro. O movimento de 1917 teve um aspecto curioso: grevistas paulistas e cariocas procuravam convencer os soldados de que também eram povo e explorados. Eles tentavam repetir o que havia acontecido na Rússia, quando tropas czaristas aderiram aos revolucionários de outubro de 1917.

Este ano foi mesmo especial para o movimento operário em todo o mundo: a Revolução Russa criava o primeiro país socialista da História. No Brasil, as greves se intensificaram. Pela primeira vez houve uma greve geral, em São Paulo. Participaram todas as categorias profissionais. O comércio fechou; os transportes pararam; o governo não conseguiu dominar o movimento pela força e chegou a abandonar a cidade. Os grevistas comandaram São Paulo durante um mês. A greve só terminou quando jornalistas e deputados serviram de intermediários e o governo prometeu atender às reivindicações sem punir os trabalhadores. A promessa não foi cumprida.

Em 1920, para 500 000 operários existentes no país, havia mil sindicatos, o que mostra o espírito de luta e de organização dos trabalhadores. A questão social sempre tinha sido considerada "questão de polícia": os governantes consideravam a greve não um direito, mas um crime contra a pátria. Os grevistas eram presos e, quando imigrantes, expulsos do país. A partir de 1907, quando saiu a primeira Lei de Expulsão do Estrangeiro, a luta operária se voltou também contra a deportação de seus líderes mais experientes.

Os anarquistas imigrados da Europa exerceram papel decisivo nesses movimentos. Lembremos que, já na revolta contra a vacina obrigatória em 1904, a bandeira deles tremulou nas manifestações. Um fato bastaria para dar idéia de sua intensa atuação para a organização dos trabalhadores: circularam 334 jornais anarquistas durante a República Velha. Período em que também veio do Velho Mundo um dos principais impactos sobre a economia do país: a I Guerra Mundial, gestada justamente enquanto a República brasileira lutava para se consolidar.

O Coronelismo

Apesar da Proclamação da República, a democracia representativa era uma farsa. O povo não escolhia ninguém. Quem mandava eram os coronéis.

O predomínio do localismo - base do coronelismo - teve suas raízes no período colonial, quando várias unidades se relacionavam diretamente com a metrópole, ignorando por completo os laços geográficos que as prendiam no mesmo espaço.

O Coronel, no Império, era um título concedido pela Guarda Nacional. Com o tempo, mas sobretudo após a mudança de regime e o fim da Guarda, coronel passou a significar latifundiário, o grande proprietário rural, que dominava a política e a economia do município ou da região. Em geral ele resolvia as disputas pela força das armas. Vencia quem tivesse mais jagunços, mais armas e mais disposição para a briga.

A maior parte da terra se dividia em grandes propriedades, os latifúndios. Colonos, meeiros e posseiros não tinham terras. Dependiam do coronel para tudo: plantar, ir ao médico e até aprender a ler e escrever. O coronel tinha com a população de sua área um compromisso total, em todos os planos: no econômico: a sobrevivência dependia da boa vontade do coronel, que mandava em tudo; no social: o coronel chefiava a grande família, formada por toda a população dependente dele; era protetor, juiz, compadre, padrinho, organizador das festas, conselheiro; no político: dono da área, o coronel controlava os votos de seus protegidos, que iam para quem ele mandasse; eram os votos de cabresto ou de curral.

O coronel controlava médicos, advogados, professores, padres. Os grupos formados pelos principais coronéis regionais e por suas famílias constituíam as oligarquias estaduais, que dominavam os governos dos Estados. No Ceará, por exemplo, durante anos dominou a família Acioli. Em certa ocasião, sendo Nogueira Acioli presidente do Estado e José Acioli secretário do Interior, contavam-se dezenas de parentes deles em cargos de destaque - desde deputados, senadores e comandantes militares até funcionários dos Correios, da Higiene Pública ou da Inspeção Veterinária.

Essas oligarquias trocavam favores com o governo federal, por sua vez nas mãos de alguma oligarquia estadual. Nove dos onze presidentes eleitos até 1930 representavam São Paulo ou Minas Gerais.

Em troca de votos para a oligarquia dominante no Estado, o coronel local conseguia dinheiro para realizar obras no município. Em troca de votos para a oligarquia que dominava o governo federal, as oligarquias estaduais recebiam dinheiro para obras no Estado. Era um sistema de compromisso. Democracia não passava de uma palavra falada pelos "doutores".

A lei eleitoral sempre estimulou o voto secreto. Entre 1896 e 1916, o eleitor podia optar pelo voto a descoberto. De um ou de outro jeito, a fraude era a regra geral. Os jornais publicavam as cédulas, para cada eleitor recortar a de seu candidato. Mas o comum era a cédula ser entregue já fechada aos eleitores, que os cabos eleitorais acompanhavam até a boca da urna. Entre as fraudes mais comuns, podemos destacar: os correligionários votavam mais de uma vez, usando títulos de pessoas ausentes ou mortas, com conivência das mesas, já que o título não continha a foto do eleitor; os mesários rasuravam as atas, escritas a bico-de-pena, raspando-as com canivete ou lixa; através do bico-de-pena falsificava-se assinaturas (o que se percebia quando eram encontrados erros ou grafias diferentes - é inadmissível que a pessoa escreva errado seu próprio nome - ou quando se encontravam grupos de assinaturas nitidamente traçadas pelo mesmo punho; livros novos a cada eleição (os livros deveriam ser usados até que se esgotassem suas páginas); isto permitia o "esguicho", modalidade do bico-de-pena: conhecidos os números parciais de um distrito eleitoral, trocava-se o livro para que, numa conta de chegar, a nova ata contivesse o número de votos corretos.

Por toda parte, muitos candidatos ganharam eleições a bico-de-pena, longe dos olhares dos fiscais e dos eleitores.

As Rebeliões da República Velha

Ao abolir o trabalho escravo no Brasil, a elite não tocou no grande propriedade agrária. Ou seja, manteve intacta a estrutura do Latifúndio. A situação social do camponês não se alterou. Com o agravamento das dificuldades econômicas, ele teve de se contorcer para se manter vivo. Muitos não aceitaram esta situação e rebelaram-se. Outros, serviram como massa de manobra nas mãos de fanáticos religiosos.

Enquanto as oligarquias se mantinham no poder graças a eleições fraudadas, onde estava o povo? A maioria vivia em estado de extrema pobreza, sem terra e sem garantias de vida.

No Nordeste, a situação era pior; calamidades naturais agravavam a miséria decorrente da estrutura latifundiária. A seca dos dois setes (1877-1879) matou 300 000 nordestinos. Muitos se uniam para saquear e assaltar, formando bandos de cangaceiros, assunto de um de nossos próximos capítulos. Outros se reuniam em torno de um beato, um homem santo, para esquecer os males deste mundo ou mesmo lutar contra as autoridades, que aplicavam "a lei do diabo". Embora tivessem apoio episódico de coronéis, uns e outros foram massacrados pelas oligarquias e pelas forças do governo.

As principais revoltas que ocorreram na República Velha, foram:

- a Guerra de Canudos (1893-1897);
- a Revolta da Vacina (12 a 115 de novembro de 1904)
- a Guerra de Contestado (1912-1916);
- a Revolta da Chibata (1910);
- O Cangaço (1870-1938).

A Guerra de Canudos (1893-1897)?

"Em 1896, há de rebanhos mil correr da praia para o sertão; então o sertão virará praia e a praia virará sertão".

A profecia de Antônio Conselheiro foi colhida por um então jovem repórter: Euclides da Cunha. Seu testemunho sobre a Guerra de Canudos está no livro "Os Sertões".

O cearense Antônio Vicente Mendes Maciel, Antônio Conselheiro, cedo conheceu a dureza da vida. Sua família foi perseguida por latifundiários, perdeu o pai ainda jovem, teve de abandonar os estudos eclesiásticos, fracassou como pequeno comerciante, a mulher o abandonou.

Em fins da década de 1860 foi para o norte da Bahia e começou a pregar. Reuniu em torno de si um número crescente de fiéis, muitos deles expulsos de suas terras pelos coronéis. Em 1893, dá-se o primeiro choque com a polícia: Antônio queimou os editais de cobrança de impostos municipais, determinada pelo governo federal.

Perseguidos, ele e seus seguidores se refugiaram em Canudos. De 1893 a 1897, 30 000 sertanejos, liderados por Conselheiro, viveram em comunidade, plantando e criando rebanhos.

No sertão nordestino da época, centenas de milhares de pessoas buscavam trabalho em vão. As fazendas empregavam pouca gente e, quando precisavam de reforço, iam às feiras de trabalhadores e escolhiam os mais fortes. Pagavam baixos salários. Canudos passou a ser o paraíso. Rebanhos, pastagens e colheitas pertenciam a todos. Não havia patrões nem empregados, ricos nem pobres. As feiras de trabalhadores desapareciam; iam todos para junto de Conselheiro.

A destruição de Canudos tornou-se ponto de honra para as oligarquias e o governo federal: além de idéias religiosas, Conselheiro pregava mensagens políticas. Ele atacava o governo republicano por ter separado Igreja de Estado e ter instituído o casamento civil; queria a volta da Monarquia. Ainda por cima, os milhares de seguidores lhe obedeciam cegamente, inclusive na hora de votar.

Foram necessárias quatro expedições militares para derrotar Canudos. A primeira, com cem homens comandados por um tenente, foi vencida em violento corpo-a-corpo. A imprensa baiana noticiava: "os sertanejos são bárbaros";

"Conselheiro, monarquista". Na verdade, ele estava contra a República porque a culpava pelo estado de miséria do povo.

A segunda expedição, com 250 homens comandados por um major, partiu triunfante e voltou arrasada: perdeu mais de cem soldados.

Prudente de Moraes, indignado, encarregou de uma expedição definitiva, com forças federais, o coronel Moreira César - famoso por crueldades praticadas contra os federalistas em Santa Catarina.

Escondidos nas grutas, nas pedras, nos arbustos, buscando o corpo-a-corpo, os sertanejos transformaram a batalha num "*salve-se-quem-puder*". Os poderosos canhões lá ficaram, ao lado do corpo de Moreira César.

Para o governo federal, era vergonhoso. Mobilizou então 7 000 homens, com três generais no comando e o ministro da Guerra em pessoa dirigindo as operações. Preparou-se a opinião pública: o Exército ia salvar a República. Em 24 de setembro de 1897, Canudos estava cercada. Foram dez dias de lutas, homem a homem. Estas são palavras de Euclides da Cunha sobre o fim de Canudos, em 5 de outubro:

"Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados"?

A Revolta da Vacina (12 a 14 de novembro de 1904)?

Oswaldo Cruz, diretor da Saúde Pública do Rio de Janeiro, do governo de Rodrigues Alves, havia jurado acabar com a febre, a peste bubônica e a varíola. O jovem médico contrariou a maioria ao perseguir os mosquitos da "febre amarela". O povo, influenciado pela oposição e mal informado, impedia a ação dos mata-mosquitos.

Com a varíola, a briga tornou-se séria. O governo decretou a vacina obrigatória; seus adversários alegaram que ele não podia obrigar ninguém a vacinar-se e, mais, que a vacinação de mulheres era um despudor. O povo passou a agredir os vacinadores e o Rio se transformou em campo de batalha. De 12 a 15 de novembro de 1904, os populares tomaram conta da cidade; apedrejaram, saquearam, espancaram policiais e outras autoridades, invadiram quartéis, construíram barricadas e incendiaram bondes. Os líderes eram homens do povo: Pata Preta, João Capoeira, Beiço de Prata, Manduca. Comícios, passeatas, bandeiras vermelhas dos anarquistas, tudo ao embalo de dois hinos: a Marselhesa, da Revolução Francesa, e a Internacional, dos socialistas.

No meio do caos, os oposicionistas tentaram sublevar os militares para derrubar Rodrigues Alves. Não conseguiram. A polícia começou a agir. Centenas de pessoas foram desterradas para o Acre. Milhares confinadas nas cadeias. Anarquistas estrangeiros foram expulsos do país. O historiador Joel Rufino dos Santos, em sua História do Brasil, observa que, é claro, o povo não tinha enlouquecido, nem a revolta se devia simplesmente à vacina obrigatória. E relaciona as razões da "estranha rebelião": a insuportável carestia, por causa da política econômica de Campos Sales; o desemprego, em razão da crise comercial e da política anti-industrial do governo, que levou muitas fábricas a fechar as portas; a falta de democracia, consequência da política dos governadores: a oposição só podia manifestar-se nesses momentos de violência; a modernização do Rio, que trouxe a demolição de cortiços e desabrigou milhares de pessoas humildes, obrigando-os a subirem para os morros; a campanha antivariólica, imposta com violência e sem esclarecimento popular.

A Guerra de Contestado (1912-1916)?

Quinze anos depois da morte de Conselheiro, começou no Sul do país uma guerra que tinha semelhanças com a de Canudos. Ocorreu numa região de limites duvidosos, com territórios contestados por Paraná e Santa Catarina, daí o nome: Guerra do Contestado. Envolveu cerca de 20 000 sertanejos e durou quatro anos, de 1912 a 1916, com combates quase ininterruptos.

O problema de terras era grave na região. Os coronéis pressionavam os agregados a sair das fazendas e estabelecer-se por conta própria, mas quase não havia terras públicas. Além disso, havia a ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul. A construção tinha sido concedida ao empresário americano Percival Farquhar, em meio a denúncias de corrupção. O capitalista, dono da Brazil Railway Company, estivera envolvido em atrocidades na construção da famosa Madeira - Mamoré, na Amazônia. Vários fatos viriam então somar-se para aumentar a revolta da população local: a companhia construtora, por interferência dos coronéis, conseguiu do governo a propriedade de uma faixa de 30 quilômetros de cada lado da estrada; a população da área foi expulsa; os operários, que chegaram a 8 000, recrutados entre desempregados e desocupados dos grandes centros, ficaram abandonados à própria sorte quando acabou a construção; uma subsidiária da Brazil Railway comprou 180 000 hectares no território contestado, expulsou os moradores e implantou a maior madeireira da América Latina, voltada apenas para a exportação.

A revolta causada se aliou à religiosidade do povo, e os numerosos monges da região exploraram a situação com fins religiosos e políticos. Ao contrário de Canudos, não havia uma personalidade mística central. O monge José Maria foi apenas um dos muitos da época e morreu logo no começo do conflito. Mas o messianismo tinha tradição na região. Os monges não eram ligados à Igreja. Eram beatos e profetas populares.

José Maria era contra a República, a "lei do diabo", porque nela via a razão dos males porque passavam. Era a favor do Reino Milenarista, que muitos identificavam com a Monarquia, mas que não passava de um mundo em que vigoraria a lei de Deus, com terra para todos, paz, prosperidade e justiça.

Mas, para justificar a guerra, os coronéis e o governo federal acusaram o monge de monarquista. As tropas agora dispunham até de pequenos, aviões de reconhecimento, contra combatentes armados de facões, foices e outras armas rudimentares. Em quatro anos, morreram milhares de pessoas, inclusive crianças, mulheres e velhos; e os sertanejos do Contestado foram derrotados.

A Revolta da Chibata (1910)?

Os castigos corporais na Marinha, abolidos com a Proclamação da República, haviam voltado um ano depois. Faltas leves eram punidas com prisão e ferro na solitária, a pão e água. Faltas graves, com 25 chibatadas. A revolta explodiu em 22 de novembro de 1910. Os marinheiros assumiram o controle sobre importantes navios da Marinha de Guerra. Mataram alguns oficiais que resistiram ao movimento e passaram a exigir o fim dos castigos e de outros aspectos aviltantes de sua condição, ameaçando bombardear o Rio de Janeiro, sede do governo.

Pressionado, Hermes da Fonseca cedeu: aboliu os castigos e concedeu anistia aos revoltosos. Eles depuseram as armas e entregaram os navios aos oficiais, em 26 de novembro. Dois dias depois, sentiram na carne que tipo de anistia tinham recebido: o marechal Hermes baixou decreto excluindo-os da Marinha por indisciplina. Em 4 de dezembro, foram presos 22 marinheiros. No dia 9, o governo decretou estado de sítio, prendeu mais uma centena e expulsou outros.

Muitos morreram. Dezesseis, de sede, calor e sufocamento em cela subterrânea da Ilha das Cobras; nove, fuzilados durante viagem que conduzia 105 desterrados para a Amazônia. O chefe da revolta, João Cândido, sobreviveu à Ilha das Cobras e foi internado como louco no Hospital dos Alienados. Todos foram absolvidos em novembro de 1912.

O Cangaço, ou o Banditismo Social.

O Cangaço existiu no nordeste brasileiro durante cerca de setenta anos, de 1870 a 1940. Surgiu como reflexo das péssimas condições de vida dos nordestinos e do poder centralizado e autoritário do *Coronel*, que era o dono da situação e exercia um poder muito grande sobre as pessoas.

Entretanto, muitos desses Coronéis brigavam entre si, disputando o domínio sobre uma determinada região. Para essas lutas, esses chefes rurais formavam bandos de jagunços para lutar em seu favor. Mas, além de jagunços, havia também o "cabra" ou cangaceiro manso, um morador comum que, para poder trabalhar na terra se comprometia a defender sempre o seu coronel.

A palavra Cangaço vem de "canga", peça de madeira que prende os bois ao carro ou ao arado. Portanto, podemos dizer, por extensão, que ela significa a submissão do cangaceiro ao coronel. E se encaixa naquilo que os historiadores denominam de Banditismo social². De acordo com o Historiador Eric Hobsbawm, afirma que o Banditismo "*surge em sociedades rurais em desagregação, contra o avanço do capitalismo, que age como força destruidora de um universo tradicional*". Nessas sociedades, de acordo com o Historiador J. J. Arruda (1987) "*o lento ritmos das mudanças não acompanha as transformações econômicas geradas pela industrialização. Os laços familiares e os valores mais tradicionais tendem a resistir por mais tempos às influências do mundo moderno*".

Contudo, no final do século XIX a situação no nordeste brasileiro modificou-se. Conheceremos uma aumento da produção algodoeira, o encarecimento da terra e, conseqüentemente a vida dos pobres ficou mais difícil. Foi, justamente, nesta época que surgiram os bandos de cangaceiros independentes de coronéis e que passaram a agir em vários pontos do nordeste. No início esses bandos surgiram para assaltar para poderem adquirir alimentação e, também, para lutar contra as injustiças de alguns coronéis. Os bandos mais famosos surgiram durante a grande seca de 1877-1879, quando morreram de fome e de sede mais de 300.000 nordestinos, sendo que no Ceará morreram mais de 60.000 (a população daquele estado na época era de aproximadamente 800.000 hab. e mais de 600.000 cabeças de gado)

Os bandos de cangaceiros eram conhecidos pelos nomes dos seus chefes. O primeiro foi João Calangro. Depois veio Jesuíno Brilhante. Em seguida, na passagem do século, surgiu Antônio Silvino, o "Governador do Sertão". Os cangaceiros costumavam distribuir parte do que saqueavam aos pobres, por isso eram perseguidos pela polícia, embora fossem queridos pela população, que muitas vezes os escondiam.

O principal bando de cangaceiro foi o de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião - o Rei do Cangaço.

“Virgulino Ferreira - Uma breve Biografia do Rei do Cangaço”?

28 de julho de 1938. Chega ao fim a trajetória do mais popular cangaceiro do Brasil. Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, foi morto na Grotta do Angico, interior de Sergipe. Por sua inteligência e destreza, Lampião até hoje é considerado o Rei do Cangaço. Virgulino Ferreira da Silva nasceu em 1897, na comarca de Vila Bela, região do Vale do Pajeú, Estado de Pernambuco. Dos 9 irmãos, Virgulino foi um dos poucos a se interessar pelas letras. Frequentava as aulas dadas por mestres-escolas que se instalavam nas fazendas. No sertão castigado por secas prolongadas e marcado por desigualdades sociais, a figura do coronel representava o poder e a lei. Criava-se desta forma um quadro de injustiças que favorecia o banditismo social. Pequenos bandos armados, chamados cangaceiros, insurgiam-se contra o poder vigente e espalhavam violência na região. Eram frequentes, também, os atritos entre famílias tradicionais devido às questões da posse das terras, às invasões de animais e às brigas pelo comando político da região.

Num desses confrontos, o pai de Lampião foi assassinado. Para vingar a morte do pai, entre outros motivos, Lampião entra para o cangaço, por volta de 1920. A princípio segue o bando de Sinhô Pereira. Mostrando-se hábil nas estratégias de luta, assume a chefia do bando em 1922, quando Sinhô Pereira deixa a vida do cangaço. Lampião e seu bando vivem de assaltos, da cobrança de tributos de fazendeiros e de "pactos" com chefes políticos. Praticam assassinatos por vingança ou por encomenda. Pela fama que alcança, Lampião torna-se o "inimigo número um" da

polícia nordestina. Muitas são as recompensas oferecidas pelo governo para quem o capture. Mas as tropas oficiais sempre sofrem derrotas quando enfrentam seu bando. Como a polícia da capital não consegue sobreviver no sertão árido, surgem as unidades móveis da polícia, chamadas Volantes. Nelas se alistam os "cabras", os "capangas" familiarizados com a região. As volantes acabam tornando-se mais temidas pela população do que os próprios cangaceiros. Além de se utilizarem da mesma violência no agir, ainda contam com o respaldo do governo. Lampião ganha fama por onde passa. Muitas são as lendas criadas em torno de seu nome. Por sua vivência no sertão nordestino, em 1926, o governo do Ceará negocia a entrada de seu bando nas forças federais para combater a Coluna Prestes. Seu namoro com a lei dura pouco. Volta para o cangaço, agora melhor equipado com as armas e munições oferecidas pelo governo.

Em 1930, há o ingresso das mulheres no bando. E Maria Déia, a Maria Bonita, torna-se a grande companheira de Lampião. Em 1936, o comerciante Benjamin Abraão, com uma carta de recomendação do Padre Cícero, consegue chegar ao bando e documenta em filme Lampião e a vida no cangaço. Esta "aristocracia cangaceira", como define Lampião, tem suas regras, sua cultura e sua moda. As roupas, inspiradas em heróis e guerreiros, como Napoleão Bonaparte, são desenhadas e confeccionadas pelo próprio Lampião. Os chapéus, as botas, as cartucheiras, os ornamentos em ouro e prata, mostram sua habilidade como artesão. Após dezoito anos, a polícia finalmente consegue pegar o maior dos cangaceiros.

Na madrugada do dia 28 de julho de 1938, a Volante do tenente João Bezerra, numa emboscada feita na Grota do Angico, mata Lampião, Maria Bonita e parte de seu bando. Suas cabeças são cortadas e expostas em praça pública. Lampião e o cangaço tornaram-se nacionalmente conhecidos. Seus feitos têm sido frequentemente temas de romancistas, poetas, historiadores e cineastas, e fonte de inspiração para as manifestações da cultura popular, principalmente a literatura de cordel. E nos versos de um poeta popular desconhecido, sua lenda se propaga: "Seo Virgulino Ferreira, conhecido Lampião, Muito fala que é bandido, o Imperador do Sertão".

PRESIDENTES DO BRASIL DE 1889 A 1930		
PRESIDENTE	MANDATO	ACONTECIMENTOS
Marechal Deodoro da Fonseca	1889/1891	Incompatibilidade entre o Executivo e o Legislativo; promulgação da Constituição de 1891; concessão de nacionalidade brasileira aos estrangeiros residentes no Brasil.
Marechal Floriano Peixoto	1891/1894	Repressão dos últimos movimentos anti-republicanos (a Revolta da Armada e a Revolução Federalista no Sul); consolidação definitiva do regime republicano no Brasil.
Prudente de Moraes	1894-1896	Primeiro Presidente Civil; grande pressão econômica devido ao Encilhamento; Revolta de Canudos;
Campos Sales	1898/1902	Recuperação Econômica do Brasil (Funding Loan); início de uma política deflacionária; surgimento da política dos governadores.
Rodrigues Alves	1902/1906	Reformas Administrativas e modernização do país; saneamento do Rio de Janeiro; introdução da vacina obrigatória contra a varíola; deslocamento definitivo do eixo econômico para a Região centro-sul do país;
Afonso Pena Nilo Peçanha	1906/1909 1909/1910	Primeira Conferência Mundial da Paz (Haia); instituição do serviço militar obrigatório; criação do serviço nacional de proteção ao índio e a campanha civilista
Hermes da Fonseca	1910/1914	Levantes oposicionistas em Pernambuco, Bahia, Amazonas e Ceará; Revolta do Contestado e reformas do ensino dando amplos poderes para as escolas.
Wenceslau Brás	1914/1918	Declaração de Guerra do Brasil à Alemanha; promulgação do Código Civil Brasileiro; reforma eleitoral; epidemia da gripe espanhola.
Delfim Moreira	1918/1919	Política de Ajuda ao Nordeste
Epitácio Pessoa	1919/1922	Recenseamento Geral do País; realização da Semana de Arte Moderna; Revolta do Forte de Copacabana
Artur Bernardes	1922/1926	Decretação do Estado de Sítio (o Estado de Sítio implicava a suspensão dos direitos e garantias individuais, prisão arbitrária, intervenções violentas e repressão policial)
Washington Luís	1926/1930	Último Governo da República Velha; construção da Rodovia Rio-São Paulo, rompeu com a política do Café-com-leite e sofreu a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas.

A CRISE DA REPÚBLICA VELHA, A REVOLUÇÃO DE 1930 E O PERÍODO DE VARGAS (1930-1945)

A crise da República Velha: uma crise geral do capitalismo.

O início da Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918) abriu um longo ciclo de crises para o capitalismo. A própria burguesia tomou consciência do estado anárquico do mercado, atribuindo a crise à falta de planificação da produção e da distribuição. Teve início, então, a radical crítica da economia liberal; começou a se falar na crise do capitalismo, na catástrofe eminente do sistema, temendo-se cada vez mais a ameaças revolucionárias e o exemplo da União Soviética, que se tornou o primeiro país do mundo a adotar o socialismo enquanto modo de produção, com a Revolução Russa de 1917.

Nos Estados Unidos da América, a crise manifestou-se com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York. (A queda violenta dos preços das ações negociadas nas bolsas de valores é chamada de *crash* ou *crack*. Isto pode significar falências, desemprego, recessão e outros sérios problemas sociais e políticos).

A partir do crack da Bolsa, a economia americana mergulhou numa grande depressão. A crise era de superprodução. Os produtos foram se acumulando sem encontrar compradores. Por isso as fábricas e o comércio despediam os trabalhadores gerando um alto índice de desemprego. Quanto maior o desemprego, menor ainda se tornava o número de consumidores e mais grave ficava a depressão econômica. Os reflexos da crise nos países europeus também foram graves, isto porque estes países possuíam um significativo volume de capitais investidos em suas economias. Com as dificuldades econômicas dos Estados Unidos, estes capitais foram gradativamente retirados da economia européia.

No Brasil a crise também se manifestou. Fábricas fechavam em toda a parte, ocorriam demissões em massa e os salários despencavam. As cotações do café no mercado internacional iam por água abaixo. Principal produto de nossa balança comercial, o café permanecia estocado (em virtude da Política de Valorização do Café), sem compradores. O pânico se alastrava entre os cafeicultores; a fome e o desemprego assombravam o povo.

Com estas crises que abalaram o sistema capitalista mundial, o liberalismo chegou no seu limite máximo de reprodução, sendo incapaz de sanar os problemas inerentes ao próprio sistema. Tornar-se-ia necessário mudar a orientação da economia para evitar um surto revolucionário mundial, liderado pelos grupos comunistas e influenciado pela consolidação da vitória da Revolução na Rússia. Assim, a saída encontrada para a crise do capitalismo mundial apontava para a intervenção do Estado na economia, justamente o contrário do que preconizava o liberalismo (um dos princípios do liberalismo era, precisamente, a não intervenção do Estado na economia). O primeiro exemplo efetivo de intervenção do Estado na economia veio dos Estados Unidos, a partir de um conjunto de medidas intervencionistas adotadas pelo governo norte-americano que tinham como objetivo acabar com a crise, gerando mercado e reduzindo o desemprego estrutural. Este conjunto de medidas ficou conhecido como New Deal e inaugurou a fase dirigista do governo dos EUA na economia. O *New Deal*. Este plano coube ao democrata Franklin Roosevelt, que derrotou os republicanos, árdios defensores do liberalismo.

Com o *New Deal*, o Estado passou a dirigir a economia, investindo maciçamente em obras públicas com o objetivo de gerar empregos e, consequentemente, mercado consumidor; em reformas sociais (aumentando significativamente, por exemplo, o salário; ampliação dos seguros sociais); eliminou o espírito de poupança, gerada pela crise monetária; ampliou o crédito para o consumo; reduzindo os preços dos produtos agrícolas, entre outras medidas de dinamização do mercado.

A partir de então, o capitalismo liberal foi abandonado pelas economias mundiais, e crescendo cada vez mais o grau de intervenção do Estado na economia e nos planos sociais. O exemplo da moderna civilização ocidental passou a ser o modo de vida dos americanos: o *american way of life*. Altos edifícios, automóveis, residências em série, aparelhos domésticos. As diferenças sociais diminuía: o crédito permitia a todos comprar carro ou casa. Rádio, cinema e a indústria do lazer se desenvolveram.

Movimento Modernista e Tenentista.

No início dos anos 20, a insatisfação contra o domínio político, econômico, social e cultural da elite cafeicultora contaminou setores da classe média que expressou a sua insatisfação de inúmeras maneiras, entre elas destaca-se o Movimento Modernista e o Tenentista.

O Movimento Modernista

O movimento modernista foi a expressão cultural da reação da classe média contra as estruturas oligárquicas.

Em 1922, organizou-se em São Paulo, a Semana de Arte Moderna – de 13 a 20 de fevereiro de 1920 –, um movimento cultural, que se manifestou nos diversos setores das artes (literatura, música, artes plásticas etc.) cujo caráter revolucionário se expressava na proposta de libertar a nossa arte dos padrões europeus. A Semana de arte moderna é uma ruptura com o servilismo aos moldes lusitanos de expressão e uma incitação ousada à experimentação de formas brasileiras de linguagem fundada nas falas regionais e populares. É, também, um esforço deliberado e lúcido de busca de inspiração, tanto nas tradições indígenas e negras como na realidade circundante, para a criação d uma arte genuinamente nacional.

Assim, um grupo de jovens intelectuais e artistas como Di Cavalcanti, Menotti Del Pichia, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, entre outros chocavam a sociedade brasileira com suas obras modernistas. Nesse movimento, foi possível retratar a situação de descaso em que se encontrava a maior parte da população brasileira, o atraso econômico do país, a grande dependência estrangeira, os problemas sociais (desigualdades sociais, preconceito, marginalidade, miséria, seca etc) o que possibilitou o desenvolvimento do sentimento nacionalista.

A Semana de Arte Moderna, coincidindo com o centenário da Independência do Brasil, induzia a uma reflexão: será que nesses 100 anos fomos, realmente, independentes?

O Movimento tenentista.

O Movimento Tenentista foi a expressão dos jovens oficiais do exército contra as estruturas oligárquicas.

Como a maior parte dos jovens, os tenentes eram idealistas e acreditavam que as Forças Armadas não podiam ajudar a manter um regime político “corrupto”, como o que vigorava no país. Era necessário tomar o poder e realizar reformas na sociedade brasileira.

Dessa forma, podemos dizer que o Tenentismo foi, então, um movimento político-militar que tinha os seguintes objetivos:

- moralização da administração;

- ampla reforma político-eleitoral (adoção do voto secreto e criação de uma justiça eleitoral autônoma);
- severo controle econômico-financeiro sobre o país (combate à inflação, diminuição da dívida externa etc);
- reforma na educação pública.

Entretanto, a este programa faltava, muitas vezes clareza e precisão, e se revelava, como podemos ver nas reivindicações acima, num movimento nacionalista, liberal e reformista, comandado pelo Exército. Podemos dividir as suas reivindicações em três blocos distintos:

- a purificação do regime, estabelecendo a verdade eleitoral, ou seja, que as eleições fossem capazes de captar a legítima vontade nacional, que o voto fosse secreto e que se eliminassem as fraudes, a coação e a violência.
- A estabilidade econômica, representada pelo rígido controle das finanças públicas, pela contenção dos empréstimos no estrangeiro, com a consequente diminuição da dívida externa; pelo controle da política cambial e das emissões, objetivando-se a contenção da inflação e a diminuição do custo de vida;
- A proteção governamental para todos os produtos nacionais, inclusive para os produzidos pela indústria, acabando-se com o privilégio do setor cafeeiro.

Os militares, como em 1889 (e como será posteriormente em 1937, em 1945 e em 1964) apresentar-se-ão como a parte sã da sociedade, destinada a eliminar a corrupção dos grupos oligárquicos – os carcomidos –, que se preocupavam apenas com os seus problemas, nada fazendo pelo país.

As lutas tenentistas iniciaram-se em 1922, com a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. Ela foi liderada por 18 tenentes que, tomando o Forte de Copacabana, decidiram agir contra o governo e impedir a posse do presidente Arthur Bernardes. O movimento foi duramente reprimido pelo governo e fracassou. Apenas dois tenentes sobreviveram – entre eles o tenente Eduardo Gomes, mais tarde Brigadeiro e, por duas vezes, candidato à presidência da República.

No dia 05 de julho de 1924, aniversário da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, eclodiu uma revolta tenentista em São Paulo, liderada pelo general reformado Isidoro Dias Lopes. Depois de um mês de lutas na cidade, os Revolucionários paulistas foram para o interior do estado, quando se juntaram com um outro grupo revolucionário comandados pelo capitão de engenharia, **Luís Carlos Prestes**², que vinham de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, e formaram uma coluna de revolucionários que ficou conhecida como **Coluna Prestes**. Essa coluna percorreu praticamente todo o país, tendo sido perseguida até por cangaceiros – inclusive o bando de Lampião – que atenderam a pedidos do governo federal. A Coluna Prestes, sem conseguir, contudo, alcançar os seus objetivos, teve o seu fim na Bolívia.

Em 1927, com a derrota da Coluna Prestes, as lutas tenentistas arrefeceram-se. O Tenentismo manteve-se, porém, como a principal força de contestação ao regime e o fim deste resultou, sobretudo, da ação dos jovens militares.

O movimento operário no Brasil dos cafeicultores.

O desenvolvimento industrial brasileiro será o responsável pelo surgimento de novos atores no quadro social do Brasil. Teremos o surgimento da classe média industrial e dos trabalhadores urbanos (proletariado).

A formação do operariado brasileiro está intimamente ligado à imigração européia, e ao processo abolicionista brasileiro.

Devido às péssimas condições de vida e de trabalho a que estavam submetidos os operários, foram comuns os movimentos de protesto e reivindicação dessa classe, durante toda a República Velha.

Na República Velha, o operariado brasileiro aumentou sobremaneira devido à crescente urbanização e às atividades industriais, uma vez que os serviços urbanos, principalmente os transportes e as fábricas, passaram a recrutar um número cada vez maior de operários.

O proletariado urbano brasileiro, durante a República dos Cafeicultores teve a mesma sorte que os operários de outros países quando o capitalismo estava se implantando: trabalhavam 14, 16 e até 18 horas por dia, nas piores condições ambientais, sem qualquer proteção ou segurança contra os acidentes de trabalho; não possuía estabilidade (admissão, demissão, descanso, licenças médicas, férias, maternidade, paternidade) tudo ficava a critério dos patrões; os níveis salariais não passavam do mínimo necessário à sobrevivência, mulheres e crianças não recebiam tratamento diferenciado. Acima de tudo, os trabalhadores não tinham direito à atuação política, era-lhes vedado a livre associação: sociedades de auxílio mútuo, sindicatos, ou quaisquer outras entidades deveriam ser controladas pelo governo ou pelo próprio empresário.

Contudo, o operariado articulou-se e agiu politicamente. Chegou-se mesmo ao nível de organizações partidárias vinculadas ao movimento operário, tais como o Bloco Operário e Camponês (BOC) e o Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, e funcionando até os dias de hoje.

A partir de 1917³, em todos os grandes centros urbanos, a **greve**, o principal instrumento de ação política dos operários – pois interrompe o processo produtivo –, foi fenômeno importante e constante. Porém, foi violentamente reprimida assim como os **comícios**, as **concentrações**, as **reuniões** nas entidades. Essas manifestações, apesar de terem sido tratadas como **caso de polícia**, ou precisamente por causa disso, representaram abalos na organização republicana, os quais contribuíram para o desmonte do regime.

O movimento operário brasileiro, nessa primeira fase republicana, foi organizado a partir de entidades e correntes ideológicas que procuravam articular os trabalhadores e dar organicidade às suas lutas. Destacaram-se, nesse sentido, os **anarquistas**, os **anarcossindicalistas** e os **socialistas**, representados, principalmente, por trabalhadores estrangeiros,

notadamente italianos e espanhóis, que faziam parte dos contingentes de imigrantes que haviam concentrado nos grandes centros urbanos do sul e sudeste do país.

Primeiros Movimentos grevistas no século XX.		
Ano	Descrição	Local
1902	1ª Greve	Rio de Janeiro
1903	Greve interprofissional	Rio de Janeiro
1904	Greve dos Portuários	Santos
1906	Greve dos Ferroviários	São Paulo
1907	Greve pela redução da Jornada de Trabalho	São Paulo, Santos, Ribeirão Preto e Campinas

A crise de 1929 e o Brasil: o fim de uma era.

No Brasil, o sistema político vigente à época da crise de 1929, baseava-se num acordo político firmado entre os dois mais importantes estados da Federação. De um lado São Paulo, o maior produtor de café do país, e por isso o Estado economicamente mais importante; do outro Minas Gerais, o estado mais populoso e que destacava-se na produção de gado leiteiro. A esta aliança entre paulistas e mineiros, onde estabelecia-se uma alternância na indicação da presidência da República, deu-se o nome de **Política do Café-com-Leite**.

Este acordo tinha como objetivo garantir o predomínio e a dominação político-econômica da oligarquia produtora de café, colocando, efetivamente, a República brasileira a seu serviço. Esta Oligarquia utilizava-se de todos os expedientes para garantir as suas vantagens e evitar prejuízos. Um exemplo disso foi o **Convênio de Taubaté**, assinado em 1906, entre os “governadores” (naquela época os governadores eram chamados de Presidente de Estado) Jorge Tibiriçá (SP), Francisco Sales (MG) e Nilo Peçanha (RJ). Este acordo firmado, na cidade paulista de Taubaté, representava os interesses da Oligarquia cafeicultora, estabelecia o seguinte:

- os estados assumiam a obrigação de sustenta um preço mínimo por saca de café nos portos de embarque;
- o governo deveria comprar e reter uma parte da produção, o equivalente ao excesso sobre o consumo mundial;
- seriam feitos empréstimos internacionais, no valor de 15 milhões de libras-esterlinas para a compra dos estoques.

De acordo com o pesquisador Edgar Carone², esta foi a “*primeira intervenção estatal para proteger um produto, obra de e para benefício de uma classe*”. Esta **Política de Valorização do Café** – como também ficou conhecido o Convênio de Taubaté – foi motivada pela queda do preço do café ocorrida nos primeiros anos da República Velha, e a situação dos produtores de café ficou problemática. Assim, eles procuraram estabelecer medidas que garantissem preços elevados para o seu produto, mantendo-se, assim, os seus lucros.

Esta **Política de Valorização do Café**, trouxe sérios problemas para o desenvolvimento da economia nacional, pois inibiu o crescimento industrial, haja vista que o governo não estava preocupado em investir em obras de infra-estrutura que possibilitassem a instalação de mais indústrias em determinadas regiões. Ora, o governo estava a serviço das oligarquias cafeeiras e não interessava-se, portanto, no desenvolvimento industrial do país. Afinal, o nosso café garantiria o bem-estar do povo. Desta maneira, todos os impostos arrecadados serviriam única e exclusivamente para garantir os altos lucros dos cafeicultores.

Em 1929, entretanto, a crise mundial do capitalismo irá sucumbir as bases da **Política de Valorização do Café** e a **Política do Café-com-Leite**. Com a crise do capitalismo, o nosso principal produto não encontrará compradores na Europa e nos EUA. Os cafeicultores exigirão do Estado a compra de seus estoques não vendidos no mercado internacional para garantir o preço do produto. Entretanto, não haverá recursos no exterior para financiar tamanha compra.

Assim, de um lado a oligarquia cafeeira se desarvorou a pressionar o governo, no sentido de se ampliarem os mecanismos de defesa dos seus altos lucros; do outro lado os setores urbanos – principalmente o proletariado – que sofriam com a miséria e o desemprego, reagiram com greves gerais nos principais centros urbanos, influenciados por idéias anarquistas e socialistas trazidas para o Brasil nas consciências dos imigrantes europeus. O governo tentava auxiliar os cafeicultores com incentivos financeiros; aos trabalhadores, o governo respondia com repressão, contribuindo, decididamente para um clima favorável à revolta.

Em meio à crise econômica, agitou-se a questão sucessória do paulista Washington Luís, que já havia sido aberta em 1927, quando o presidente, ao contrário do que se previa pela Política do Café-com-Leite, insistiu na indicação de um outro paulista para sucedê-lo: Júlio Prestes, então presidente de São Paulo. Esta postura irá levar à oligarquia mineira para a oposição, uma vez que o candidato natural seria o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada. Uma vez desarticulado a mais forte aliança oligárquica foi possível a composição de um outro acordo político com o objetivo de derrotar São Paulo nas eleições. Este acordo, agora envolvendo o Partido Republicano Mineiro (o partido da oligarquia mineira) o Rio Grande do Sul – enquanto oligarquia dissidente – e a Paraíba, que representava a insatisfação dos estados periféricos, denominou-se de **Aliança Liberal**, que reuniu também o Partido Democrático de São Paulo – oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP).

Assim, a **Aliança Liberal** lançou o nome de Getúlio Vargas (presidente do Rio Grande do Sul) e de João Pessoa (presidente da Paraíba) à presidência e vice-presidência da República, respectivamente. Podemos dizer que esta foi a única chapa que concorreu de igual para igual com a chapa da situação que representava os interesses de São Paulo.

A campanha oposicionista teve larga repercussão nos grandes centros urbanos, que aspiravam por reformas, nos estados do nordeste, além de se impor em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Os **Tenentes** também apoiaram a chapa aliancista pois viam na vitória de uma candidato da oposição um instrumento para a realização das reformas que eles julgavam necessárias para a **salvação** do país.

A eleição ocorreu em março, e o resultado, como sempre, apontou a vitória da situação, em virtude da existência de uma **Comissão de Verificação dos Diplomas dos Eleitos** ou **Comissão de Verificação dos Poderes**². Vale lembrar que naquela época o voto não era secreto; o voto era controlado pelo Coronel da região (veja nota 02), que evitava as “surpresas” eleitorais, utilizando-se dos mais diversos expedientes: fraudes, assassinatos, chantagem etc. Era o que se chamava eleição no bico da pena, quando os coronéis utilizavam do voto de cabresto para garantir o seu domínio político. Confira no quadro abaixo como funcionava o sistema político-eleitoral na República Velha.

Sistema Político Eleitoral da República Velha.	
Nível Federal	Política do Café-com-Leite ? união de Minas Gerais + São Paulo. Troca de favores com as oligarquias de menor expressão.
Nível Estadual	Política dos Governadores. Troca de favores entre os governadores e o governo federal
Nível Municipal	Pacto Coronelista. Troca de favores entre os governos municipais e estaduais.

A vitória da chapa de Júlio Prestes nas eleições de 1930, soou estranho aos ouvidos das oligarquias mineiras, gaúchas e nordestinas. Como uma chapa que tem o apoio do maior “curral” eleitoral do país (Minas Gerais, com mais de 3,5 milhões de habitantes), o apoio da principal oligarquia de oposição (Rio Grande do Sul) e das pequenas oligarquias nordestinas poderia perder as eleições? A fraude seria a resposta!

Entretanto, a **Aliança Liberal** aceitou o resultado das eleições, pois havia um pacto pré-estabelecido entre os líderes das duas chapas de reconhecimento e de aceitação do resultado das eleições. Mas os **Tenentes** não participaram deste pacto e propuseram uma saída revolucionária para a crise político-econômico-social que se abatia sobre o Brasil. Alguns líderes tenentistas chegaram a procurar Getúlio Vargas e outros líderes da Aliança Liberal para articular o movimento. Entretanto a resposta de João Pessoa ilustra bem a “tradição conciliatória” da elite brasileira: “*prefiro dez Júlio Prestes, a uma revolução*”. O clima de crise não pairava somente entre as oligarquias derrotadas no pleito de 1929, mas nos setores urbanos, na classe média e, principalmente, entre os trabalhadores que respondiam com movimentos grevistas cada vez mais fortes e organizados. O próprio Getúlio Vargas, percebendo o clima de insatisfação entre o povo, percebe que não há mais saída institucional para a crise. Até o governador de Minas Gerais, considerado um conservador, reconheceu o clima de descontentamento e chegou a afirmar que “*façamos a revolução, antes que o povo a faça*”, num nítido sinal de preocupação com os ânimos da população e dos tenentes

O clima de insatisfação aumentava entre os tenentes e alguns líderes da Aliança Liberal. No dia 26 de julho de 1930, João Pessoa foi assassinado por João Dantas, inimigo político e pessoal, num crime passionai, em uma confeitaria em Recife (PE). O crime teve muito mais conotações pessoais que políticas. A morte do candidato a vice-presidente na chapa da Aliança Liberal, desencadeou um verdadeiro clamor revolucionário, muito propício às agitações tenentistas. No dia 03 de outubro de 1930 teve início o movimento armado e revolucionário, partido do Rio Grande do Sul em direção à capital federal. Como o apoio de Minas Gerais e de vários estados do nordeste, o movimento, depois de três semanas de combate, saiu vitorioso. Em 24 de novembro de 1930, o presidente Washington Luís, aconselhado pelo cardeal do Rio de Janeiro, entregou o poder a uma junta militar.

Getúlio Dornelles Vargas assumiu o poder, provisoriamente, em 03 de novembro de 1930, como Delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do Povo. Consolidou-se no poder e dominaria a cena política brasileira durante os próximos 24 anos, até o seu suicídio em agosto de 1954, quando ocupava a chefia do governo brasileiro pela segunda vez.